

FONTES DE INFORMAÇÃO

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

Até há pouco tempo os arquivos eram desertos

A afirmação surgiu durante a conversa que a «Página de História» do DN manteve com o prof. Joel Serrão, a prof. Miriam Halpern Pereira e a dr.ª Maria José da Silva Leal, respectivamente coordenador e responsáveis pela direcção do *Roteiro de Fontes de História Portuguesa Contemporânea*, obra recentemente editada.

DN — Começáramos por procurar saber quais os projectos deste projecto.

Joel Serrão (JS) — Fazer um primeiro levantamento — ideia que o nome de roteiro só por si reserva — das fontes de história contemporânea é o objectivo que assinalamos em primeiro lugar. Sobretudo, para que os investigadores mais jovens passem a dispor de um índice completo dessas mesmas fontes. Claro que a obra não se dá por completa. Irá prosseguir com um volume dedicado às fontes do Brasil e da França. Também se irá iniciar a organização do roteiro para a zona Norte, sob a direcção do prof. Fernando Sousa. Numa segunda fase, abrangemos os arquivos do Centro do País.

DN — Nota-se a ausência de alguns arquivos importantes neste levantamento: o Arquivo Histórico Ultramarino, o do Ministério das Finanças, os dos ex-Ministérios da Justiça ou do Interior.

Miriam Halpern Pereira (MHP) — No *Roteiro dos Arquivos de Lisboa*, cuja direcção me foi solicitada desde meados de 1978, optou-se claramente pelos arquivos já organizados. Não era, na realidade, possível trabalhar em arquivos que não dispõem de instrumentos de busca, caso dos Ministérios da Administração Interna e da Justiça. Mas, no caso do Ministério das Finanças, localizou-se o notável inventário feito pelo anterior director. Foram as actuais condições de funcionamento que tornaram impossível um confronto de dados. As carências enormes do arquivo — que respeita a pessoal — é um arquivo sem arquivistas — dificultam o acesso. O caso do Arquivo Histórico Ultramarino é diferente. Dificuldades de outra ordem se encontraram, apesar de existirem ficheiros e instrumentos de busca. Não era o momento conjuntural indicado para se iniciar um trabalho. Aguardamos que o Arquivo se reorganize.

DN — Ainda consultando o *Roteiro*, verifica-se uma outra ausência, a de informação respeitante ao período do Estado Novo. A que é que isso se deve?

MHP — No caso do Arquivo Histórico Parlamentar há referência à documentação desse período.

DN — Mas os cadernos de reencadernamento?

MHP — Não constam do Arquivo. Por outro lado, no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros pôde mencionar-se a documentação até 1939, mas não é posterior por não se encontrar à consulta. Estes aspectos relacionam-se com todo um conjunto de problemas gerais que se reflectem no roteiro e que não estavam

ao nosso alcance resolver.

Maria José da Silva Leal (MJL) — É de notar que se reserva sempre um período de trinta a cinquenta anos para acessibilidade a núcleos documentais considerados sigilosos. É de modo nenhum esta norma é estritamente portuguesa.

DN — Não acha que deveria haver uma inventariação desses documentos?

MJL — A confidencialidade é uma questão que se poderá sempre colocar a propósito de alguma documentação mais recente.

DN — Gostáramos de abordar uma outra questão. Porque não proceder a uma descrição dos arquivos da PIDEA/PUNMP, de Salazar, de Marcelo Caetano e da Mocidade Portuguesa, apesar do regime especial que sobre eles impende?

JS — Pergunta bem. Mas como fazer? Como estabelecer um roteiro de arquivos que se encontram sob o domínio da confidencialidade? Se nem sequer se encontram classificados e num estado prático-anárquico. Nós não podemos fazer, nem nos competiria, a classificação dos arquivos.

DN — Na introdução ao *Roteiro*, a propósito das dificuldades encontradas, fala-se na necessidade de se estabelecerem regras uniformes para a organização do material dos arquivos. Perguntamos à dr.ª Maria José Leal que outras sugestões quer fazer relativamente a esta questão?

MJL — O primeiro passo será o de uma correcta identificação dos núcleos documentais e de sua descrição. O que acontece no nosso país é que não se tem atendido às normas internacionais acerca do problema. Há princípios arquivísticos estabelecidos que ainda não começaram a ser aplicados à nossa documentação. A razão deste atraso e não termos arquivistas em número suficiente para as nossas necessidades.

MHP — O que faltará é um órgão orientador da política arquivística, uma comissão que agregasse historiadores, arquivistas e outros investigadores das ciências sociais. Seria um excelente ponto de partida. Todo este processo passa pela redefinição de uma política arquivística. Espero que a própria publicação dos três volumes sobre os arquivos de Lisboa, tomando parâmetros a ausência de coordenação

entre eles, estimule o esforço para se superar essa situação. Desde logo a própria elaboração do *Roteiro* contou com a colaboração activa de quase todos os arquivos, nalguns casos o seu próprio trabalho interno de organização foi estimulado pela presença dum grupo interessado em dar publicidade à documentação que ali existe. Os di-

rectores dos arquivos sentiam-se atrevidos e relativamente pouco apoiados pelas entidades culturais. Até há bem pouco tempo os arquivos eram locais praticamente desertos. A frequência do ANTT aumentou muito com a publicação dos dois primeiros volumes e creio que outro tanto sucederá agora com os arquivos mencionados neste terceiro volume.

DN — Em que medida a criação do Arquivo Nacional poderá ajudar?

MHP — Um edifício só por si não resolve tudo.

JS — Cria, pelo menos, umas das condições necessárias.

MHP — A possibilidade de se dispor de um novo edifício é uma grande esperança para a criação de um verdadeiro arquivo nacional. Até agora o ANTT tem sido apenas um arquivo do antigo regime, não conseguindo integrar a documentação dos séculos XIX e XX. Mas qual será a estrutura desse novo arquivo? Desconheço-a inteiramente.

MJL — Desconheço também. Por exemplo, sei a Lei Orgânica do Arquivo Nacional de Torre do Tombo, mas não há funcionários. Na realidade, esse Arquivo está a trabalhar com apenas 60 por cento dos funcionários.

MHP — Saliente-se que o Arquivo de Torre do Tombo é o arquivo distrital de Lisboa, mas dada a falta de espaço, não pode cumprir essa função. Parte da documentação respeitante aos séculos XIX e XX encontra-se na Amora, mas a restante ainda está no próprio Governo Civil. Era importante salvaguardar esta documentação. Não há nenhuma razão para que um governo civil albergue documentos de há cem anos e pode um dia ser tarde para uma intervenção do Instituto do Património...

DN — Quanto a outros núcleos documentais de importância, como as fontes audiovisuais — o material informativo da Televisão portuguesa, por exemplo —, não virão a ser abrangidos pelo *Roteiro*?

JS — O problema ainda não se nos põe. Poderá, eventualmente, ser enfrentado.

MJL — Em França existe uma direcção geral dos arquivos que centraliza estas questões. Seria necessário que em Portugal, e exemplo de vizinha Espanha, se começasse a estabelecer os princípios a que deve obedecer a organização de uma rede de arquivos municipais, para dar apenas um exemplo.

DN — A criação do Arquivo Nacional não significaria uma política de centralização?

MHP — A centralização não significa necessariamente uma concentração num edifício, mas a definição de princípios genéricos de organização e classificação.

JS — Em termos de uma política nacional...

DN — Como se encontra a formação de documentalistas?

MJL — Há um curso de especialização em Ciências Documentais nas Faculdades de Letras de Lisboa, Porto e Coimbra. É um curso de pós-graduação que tem uma duração de dois anos. Um primeiro ano comum; um segundo ano integrando arquivo, biblioteca e documentação.

O problema mais importante que se põe é a falta de apoio logístico para se proceder ao ensino da Arquivística. Não é fácil arranjar material fora dos arquivos que se presta ao seu ensino, que, a partir de certo momento, tem de ser fundamentalmente prático.

DN — E os jovens procuram esses cursos?

MJL — Bastantes, mas a sua admissão está sujeita a *numerus clausus*. E esses cursos recebem jovens que pela primeira vez encontram a profissão e aqueles que já se encontram a trabalhar nos arquivos. Qualquer licenciatura dá acesso à pós-graduação.

DN — Bastantes perspectivas se abrem para o investigador de História Contemporânea na leitura do *Roteiro*...

JS — Até pela leitura dos índices, por exemplo.

MHP — A nossa ideia foi precisamente sugerir novos pistas aos jovens investigadores. Pensa contudo que este índice temático é apenas um auxiliar que despertará a curiosidade por novos temas. Além de fornecer uma visão globalizada da documentação existente nos arquivos.

DN — Passando a um assunto correlativo com este: Existe um real interesse pela História Contemporânea? Aqui dirigimo-nos especialmente aos profs. Joel Serrão e Miriam Halpern Pereira, como docentes dessa área.

MHP — Há um grande interesse pela história social e das mentalidades. É o domínio onde a inovação metodológica está a acontecer de forma evidente. É normal que a novidade atraia os jovens. Cada geração tem de encontrar o seu caminho, caminho que lhe é possível construir devido à contribuição científica de gerações anteriores, situação de que nem sempre se apercebe...

JS — Sem dúvida que a área da história social é a que entusiasma mais os jovens investigadores.

Bibliotecas e Arquivos

Dia
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31